



ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ

Porto Barreiro – PR

(em um acampamento de famílias Sem Terra)



Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 38 - Março de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista:

Ana Paula de Lima

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Anildo Joaquim da Silva

Isabel Delfina Casimiro e Luís Venâncio

Jucélia Maria do Nascimento

Jucira Moura Vieira da Silva

Juliana Godoi Marques

Leidimar Martins da Rocha Almeida

Leila da Silva Siqueira

Luciana Mendes do Rego

Marlene da Silva

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Rita de Cássia Martins Serafim

Vera Lucia Meneses de Lima Marques

Viviane de Cássia Araujo

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 38 (mar. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 132 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Vol. 1, n. 1 (fev. 2020)

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.38

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.38>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Profª. Vilma Maria da Silva

06 Refletindo sobre pessoas... aprendendo com elas

Ana Paula de Lima

07 Tempo

BEATRIZ GONÇALVES DA SILVA – 9ºC

08 A arte

FRANCESCO RODRIGUES MOREIRA - 9ºA

10 ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ

Porto Barreiro-PR

(em um acampamento de famílias Sem Terra)



ARTIGOS

1. SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO NO AMBIENTE DA COMPUTAÇÃO NA NUVEM Anildo Joaquim da Silva	13
2. O PAPEL DOS SINDICATOS E OUTROS ACTORES NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS EM ANGOLA Isabel Delfina Casimiro /Luís Venâncio	27
3. EDUCAÇÃO INFANTIL: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA Jucélia Maria do Nascimento	39
4. O BRINCAR E OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL Jucira Moura Vieira da Silva	47
5. A PSICOPEDAGOGIA E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO Juliana Godoi Marques	55
6. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ATUALIDADE Leidimar Martins da Rocha Almeida	63
7. GÊNEROS TEXTUAIS E SEQUÊNCIA DIDÁTICA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL Leila da Silva Siqueira	71
8. PEDAGOGIA HOSPITALAR, UMA PRÁTICA, GARANTINDO O DIREITO A EDUCAÇÃO Luciana Mendes do Rego	81
9. AS CEM LINGUAGENS DA CRIANÇA: PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL Marlene da Silva	89
10. CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E COGNITIVO Patrícia Mendes Cavalcante de Souza	97
11. TECNOLOGIAS PARA A APRENDIZAGEM Rita de Cássia Martins Serafim	107
12. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL Vera Lucia Meneses de Lima Marques	115
13. AS PRÁTICAS CORPORAIS POR MEIO DA DANÇA E DO TEATRO Viviane de Cássia Araujo	123

APRESENTAÇÃO

Os professores desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional e intelectual de seus alunos, mas também têm um papel importante a desempenhar na pesquisa e publicação de seus estudos. A pesquisa acadêmica é fundamental para avançar o conhecimento em uma determinada área e para aprimorar a qualidade do ensino em geral.

Quando os professores pesquisam e publicam seus estudos, eles contribuem para o avanço do conhecimento em sua área de atuação e ajudam a criar uma cultura de aprendizado contínuo. Ao conduzir pesquisas, os professores têm a oportunidade de aprofundar sua compreensão de tópicos específicos e descobrir novas informações que podem ser aplicadas em suas aulas.

Além disso, a publicação de estudos ajuda a disseminar essas descobertas e contribuições para uma audiência mais ampla, incluindo outros professores, pesquisadores e estudantes. Isso pode levar a novas colaborações e oportunidades de pesquisa, bem como a uma melhor compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pelos educadores.

Por fim, a pesquisa e publicação de estudos também pode ser uma fonte de inspiração para os alunos, mostrando-lhes que seus professores estão engajados em aprender continuamente e que valorizam o conhecimento e a descoberta. Isso pode motivar os alunos a se tornarem mais envolvidos em suas próprias pesquisas e estudos, criando assim uma cultura de aprendizado e descoberta contínua.

Nós, da Revista Primeira Evolução, temos orgulho de proporcionar um espaço inclusivo e colaborativo para que os profissionais da educação publiquem seus estudos, pesquisas e experiências. Fazemos isso porque amamos a educação, conhecemos e vivemos a realidade das salas de aulas e nos dedicamos diariamente ao bem-estar e à emancipação do ser humano.

Junte-se a nós. #Junt@sSomosMaisFortes



Profª. Vilma Maria da Silva

Pedagoga, especialista em Educação Especial e Alfabetização.

Coordenadora Editorial da Edições Livro Alternativo

vilmamedrado@gmail.com

PEDAGOGIA HOSPITALAR, UMA PRÁTICA, GARANTINDO O DIREITO A EDUCAÇÃO

LUCIANA MENDES DO REGO

RESUMO

Este artigo relata sobre a educação hospitalar para crianças e adolescentes que estão em momento sensível de sua saúde, com isto educadores através de análise, pesquisa e reflexão em sua ação pedagógica desenvolvida na fase da educação básica, entretanto mesmo em um momento crítico de tratamento de saúde, as crianças e adolescentes em fase escolar, os educadores buscam fazer a diferença, construindo uma aprendizagem de qualidade, feliz e concreta, ofertando o plano individual de qualidade e humanizado, destacando o direito a escolaridade, mesmo em um momento sensível e difícil. Assim o ambiente hospitalar, também pode garantir o direito da escolarização.

Palavra-chave: Acolhimento; Aprendizagens; Autoestima; Legalidade; Respeito; Saúde.

INTRODUÇÃO

Neste processo de pesquisa como melhorar a qualidade de vida dos discentes nos hospitais, levando em conta o direito das crianças e os adolescentes oportunizar a educação, de maneira coerente, individual, saudável, criar mecanismos e qualidade no ensino em um lugar diferente e habitual aproximado ao ambiente escolar, preocupando-se em oportunizar qualidade de ensino, oportunizando o conhecimento escolar, analisando o grau de escolaridade, planejando aulas voltada a cada indivíduo, interagido, com equipe de psicologia, família, médicos, enfermeiros e funcionários.

Cuidar da saúde não é apenas um processo de intervenção na doença; implica, principalmente, criar condições nas quais os indivíduos possam dispor de meios para a manutenção ou a recuperação do seu estado de saúde. Portanto, é fundamental que as ações em saúde não se restrinjam ao diagnóstico e ao tratamento dos agravos à saúde, mas atuem de forma intersetorial e interdisciplinar sobre os determinantes sociais da saúde (Deslandes, 2005, v. 9, n. 17, p. 401403).

A prática de docência nos hospitais a cada dia torna-se comum, reconhecer que crianças e adolescentes têm direito a escolaridade requerendo a legalidade, entretanto esta prática deverá depender de avaliação de um quadro clínico, psicológico, não somente com a

criança e adolescente, mas com a família também, sendo trabalho de equipe, respeitado a individualidade da criança e do adolescente, destacando a situação de saúde preferivelmente.

Durante décadas, crianças e adolescentes hospitalizados eram tratados como sujeitos sem direitos e necessidades, inclusive sem direito à educação, e, na maioria das vezes, afastados da escola e do ensino nos períodos de internação ou de impossibilidade física de frequência à escola (De Paula e Matos, 2007).

Para realizar este trabalho o educador deve ter um olhar profundo de cada ser na totalidade, não será um planejamento comum e habitual, ressaltamos, estrutura, recursos, rotina, tempo, quadro clínico, pessoas e suas funções, a família, e a saúde diariamente do paciente. o planejamento das atividades devendo ser envolvente, destacando a ludicidade, nestas práticas pedagógicas envolventes, sendo ofertadas em tempo curto-moderado.

AÇÕES E SUAS PRÁTICAS

Essas práticas e desenvolvimento com os alunos, não será fácil, mas na medida em que o trabalho pedagógico aconteça, irão sentir-se acolhidos, capazes, participativos e motivados. Em alguns momentos, teremos altos e baixos, que serão comuns até em uma rotina escolar cotidiana, mas destacamos sempre o quadro clínico e os respectivos tratamentos de saúde, sempre todos os profissionais envolvidos deverão estar atentos. Assim a equipe de psicólogos nos hospitais será de grande apoio as crianças ou adolescentes, os familiares e todos os envolvidos neste processo de ensino em um ambiente atípico e pouco comum para ações pedagógicas.

(...) tratados como sujeitos sem direitos e necessidades, inclusive sem direito à educação, e, na maioria das vezes, afastados da escola e do ensino nos períodos de internação ou de impossibilidade física de frequência à escola (De Paula e Matos 2007, v. 27, n. 73, p. 253255).

A cada dia observar a criança-adolescente respeitando sua individualidade e necessidade, assim em situação de problemas de saúde, abrir leques de olhares, entretanto associando aos profissionais envolvidos no tratamento e a família valorizando a autoestima, garantindo o direito como discente de fazer parte essencial do ensino, no entanto o ensino irá até acriança-adolescentes, conciliando ao tratamento de saúde.

(...) a necessidade de formular propostas e aprofundar conhecimento teóricos e metodológicos, visando em atingir o objetivo de dar continuidade aos processos de desenvolvimento psíquico e cognitivo das crianças e jovens hospitalizados (CECCIM, R. B. & FONSCECA, 1999, p.117).

A pesquisa e sondagem para o planejamento das atividades propostas torna-se instrumento fundamental para conhecer as dificuldades das crianças-adolescentes para o seu desenvolvimento psíquico e cognitivo de discentes hospitalizados.

O ambiente para o docente efetivar suas ações pedagógicas são diferentes que os habituais, entretanto o educador pode contar o ambiente hospitalar e área de recreação do hospital, onde ocorre toda ação e construção do desenvolvimento pedagógico.

A pedagogia hospitalar poderá atuar nas unidades de internação ou na ala de recreação do hospital. Como direito da criança, “desfrutar de alguma recreação, programas de educação para a saúde e acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência no hospital”. (CNDCA, 1995, p. 6-84).

Os professores têm o papel fundamental em fazer uma análise e sondagem sobre a aprendizagem dos alunos (crianças-adolescentes) pertencentes a este momento tão peculiar e difícil, com objetivo de planejar atividades diferenciadas voltadas a aprendizagem destes discentes, procurando metodologias que oportunizem estas aprendizagens de maneira adequada, para estas crianças e adolescentes com olhar observador e acolhedor, destacando a importância com a saúde e bem estar dos envolvidos, porém contribuindo para o desenvolvimento escolar.

- Atividades de Orientação/Escuta: constante e atenciosa para favorecer a escuta e a empatia e promover o bem-estar emocional, não só das crianças e jovens hospitalizados, mas dos seus acompanhantes e de toda a equipe do hospital.
- Atividade Escolar: contextualizada, considerando a condição do aluno no hospital para participar de situações planejadas para realizar aprendizagens formais e não interromper o vínculo da criança e do jovem hospitalizado com a escola, assim amenizando ou evitando possíveis prejuízos causados pela hospitalização;
- Atividade Recreativa: diversificada e motivadora para promover momentos de alegria, lazer, descontração e oportunidades de socialização, favorecendo o convívio amistoso no hospital entre todos: as crianças e jovens hospitalizados, os acompanhantes e equipe do hospital, no sentido de tornar menos sofrido o tratamento e aproximar a todos os envolvidos no tratamento. (CALEGARI, 2003, p. 1).

As ações pedagógicas para realização para todo esse processo pedagógico serão ações de orientação-escuta, repensar em planejar uma ação educativa onde envolve várias pessoas neste processo de educativo, atividade-aplicação- resultados buscar atividades para aprendizagens formais, sem romper vínculos tentando amenizar os prejuízos pela questão da saúde, atividade-recreativa serão os momentos de alegria, lazer e socialização com todos envolvidos no tratamento. Evidenciar estas construções pedagógicas demanda de muita pesquisa, planejamento e replanejamento do docente, entre outros critérios de responsabilidade e civilidade.

(...) há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria (...) é a partir deste saber

fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político pedagógica, não importa o projeto com o qual nos comprometemos... (1996, p.80 e 88).

Para garantir todo esse contexto importante salientar a legalidade, como estatuto da criança e do adolescente assegurar o prosseguimento do currículo escolar, recreação, programas de educação e saúde durante a internação e/ou tratamento nos hospitais. Diante desse embasamento, constatou-se a necessidade de ampliar o conhecimento sobre essa área de atuação do pedagogo em conformidade com a legislação do país.

A educação especial é uma modalidade de educação escolar (...) um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. A educação, portanto, insere-se nos diferentes níveis da educação escolar: Educação Básica – abrangendo educação infantil, educação fundamental e ensino médio – e Educação Superior, bem como na interação com as demais modalidades da educação escolar, como a educação de jovens e adultos, a educação profissional e a educação indígena. (BRASIL 2001, p.27-28).

Importante compreender o papel do pedagogo, em ambiente atípico, destaque sua importância e extremo desafio, ao atuar na pedagogia hospitalar, existem várias lacunas a serem preenchidas durante todo esse processo de desafios, metas e objetivos específicos, assim contribuindo na formação dos discentes, como sujeitos e cidadãos, autônomos, éticos, críticos, participativos e atuantes socialmente.

(...) “parece-me que, para a criança hospitalizada, o estudar emerge como um bem da criança sadia e um bem que ela pode resgatar para si mesma como um vetor de saúde no engendramento da vida, mesmo em fase do adoecimento e da hospitalização” Ortiz e Freitas, (2005, p.47).

Na garantia destas ações, precisamos contar com a responsabilidade dos profissionais de educação (pedagogos), também com toda equipe de saúde, oportunizado diferentes espaços, no ambiente hospitalar como: brinquedotecas, ambulatórios, quartos e enfermaria,

Hospital é a parte integrante de uma organização médica e social, cuja função básica consiste em proporcionar à população assistência médica integral, curativa e preventiva, sob quaisquer regimes de atendimento, inclusive o domiciliar, constituindo-se também em centro de educação, capacitação de recursos humanos e de pesquisas, em saúde, bem como de encaminhamento de pacientes,

cabendo-lhe supervisionar e orientar os estabelecimentos de saúde a ele vinculados tecnicamente. (BRASIL, 1977, p.3929).

Sabemos que esta prática de ensino, não acontece em todos os hospitais com crianças e adolescente em fase escolar, porém em todo país existem esta prática educacional, como hospital AC. Camargo (CRAAC). Entretanto a inserção desta prática deverá acontecer em todos os hospitais com crianças ou adolescentes internados, por um período de médio e longo prazo, garantindo o desenvolvimento psíquico e cognitivo desses indivíduos, salientando o crescimento e desenvolvimento tanto físico, mental e emocional.

[...] a sociedade está em débito com essas crianças e adolescentes. São seus direitos, saúde e educação, como também os seus futuro, que estão em jogo. Ou serão tais direitos apanágios exclusivos de crianças e adolescentes sadios? É uma questão de respeito ao ser humano, à sua dignidade, à sua liberdade e aos seus inalienáveis direitos. (Matos e Mugiatti, 2009, p.162).

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (Resolução nº4/2009 - MEC: Art. 2º).

A garantia e a importância da garantia dos direitos de crianças e adolescentes destacam como essenciais para o pleno respeito e desenvolvendo na garantia de seus direitos previstos em lei, como atendimento dentro de uma proposta hospitalar com enquadramento ao atendimento educacional especializado.

Primeiramente, o professor deve ler o prontuário médico para tomar conhecimento da patologia da criança e das condições de saúde da mesma. Também as informações dadas pela criança e seu acompanhante sobre as experiências escolares devem ser consideradas. Os primeiros contatos da criança com a classe hospitalar são feitos com a mãe ou com seu acompanhante, pois a criança costuma ficar temerosa com o ambiente que ainda não conhece. A mãe ou o acompanhante servirá como mediador entre a criança e o professor (FONSECA,2008, p.32).

Importante salientar que todos envolvidos neste processo de acolhimento e respeito às crianças e adolescentes em pro do desenvolvimento, conhecimento e a educação, individual e de qualidade de maneira diferenciada, tendo em destaque o acompanhamento e

a participação das famílias, pois neste processo que envolve questões de saúde e debilidade, a família sempre será apoio e referência para esses indivíduos.

COMPROMETIMENTO E GARANTIA DE DIREITOS:

Precisamos contar atentamente com todos os olhares, de profissionais envolvidos no quadro hospitalar, observando as mudanças para estes indivíduos, salientando a importância da educação no ambiente hospitalar, agindo com empatia e cidadania.

A legislação (Lei 13.716, de 2018), que garante toda ação de cidadania para crianças e adolescentes com problemas de saúde, havendo uma alteração da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, garantindo o aluno de educação básica direito a estudo, quando há hipótese de afastamento, tratamento de saúde em hospital ou residência.

Art. 4º “É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.” (LDB, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Outro destaque com ênfase na (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), e através da Resolução nº 41 de 13 de outubro de 1995, que aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente Hospitalizados, promovendo o direito ao crescimento e desenvolvimento do sujeito construtivo e social, garantindo o direito a educação de qualidade.

“A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.” (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Todavia, importante salientar a importância da ação dos docentes, na ação de garantia deste direito em um ambiente diferente do cotidiano e habitual, em condições de tratamento de saúde, um grande desafio para esse educador, que deverá refletir em sua prática neste contexto tão adverso do habitual, considerando a criança em sua totalidade, uma pessoa com sentimentos, medos e receios, que precisa das interações com os seus pares para compreender o contexto e a nova situação vivenciada, processos que ajudam em todo aspecto da saúde e auxiliam na alta hospitalar.

[...] a educação está presente em casa, na rua, na igreja, nas mídias em geral e todos nós nos envolvemos com ela, seja para aprender, para ensinar e para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para o viver todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou várias. [...]. Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante. Brandão (1981, p.64).

Contudo, a educação deve estar no cotidiano de crianças e dos adolescentes, em vários ambientes sociais pertencentes, onde aprender-ensinar e ensinar-aprender estão em suas vivências diárias, portanto a escola não é o único ambiente social de ensino, nem o docente sendo o único fornecedor de conhecimentos, mas reforçar a prática ensino escolar tornar-se necessária e obrigatória, com grandes desafios, assim quando não efetivada e exercida dentro do âmbito escolar, por motivo de saúde faz-se valer a legitimidade e efetivação, proporcionando os desenvolvimento físico, mental, entre outros dos discentes, para realização de ação presente da educação escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cotidiano escolar há alguns anos, refletimos em nossas práticas educativas, dentro de unidade escolar, assim conseguimos perceber novas formas de práticas de ensino, algo que possa acrescentar ao crescimento profissional, oportunizando trocas de experiências e crescimento individual, coletivo e social, nestes aspectos traçando novos caminhos e percursos em diversos ambientes, constatamos que ensinar o que aprendemos, estamos oportunizando crescimento individual, coletivo e social. Garantindo a educação como direito de todos, principalmente as crianças e adolescentes, que estejam passando por momento delicado, tratamento de saúde, onde estará em um hospital, ou em residência, por tempo indeterminado, assim oportunizando o ensino de qualidade, indiferente do local onde estejam, evidenciando que são capazes de participar, refletir, aprender, trocar experiências e garantir ao direito sua cidadania.

Em concordância com os autores citados neste texto constatamos que a educação básica é obrigatória sendo direito há todas as crianças e adolescentes (4 anos a 17 anos de idades), segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), devemos garantir este direito, em todo território nacional, agregando o ambiente hospitalar.

Assim garantindo, participação, exploração, descobrimento, expressão e conhecimento, tendo condições de aprender e desenvolver-se, independente do estado sensível de saúde, também em um ambiente hospitalar ou residencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **D.O.U. de 05/04/1977**. Seção I, Parte I, p. 3929.
- BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1988.
- CALEGARI, Aparecida Maria. **As inter-relações entre educação e saúde: implicações no trabalho pedagógico no contexto hospitalar**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2003.
- CECCIM, R. B. & Fonseca, E. S. Atendimento pedagógico-educacional hospitalar: promoção do desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança hospitalizada. In: **Temas sobre Desenvolvimento**, v.8, n.44, p. 117, 1999.
- CNDCA (1995). **Resolução nº 41**, de 13 de outubro de 1995, Direitos da criança e adolescente hospitalizados.
- DE PAULA, Ercília M. A. T.; MATOS, Elizete L. M. Educação da criança hospitalizada: as várias faces da pedagogia no contexto hospitalar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 73, p. 253255, 2007.
- DESLANDES, Sueli F. O projeto ético político da humanização: conceitos, métodos e identidade. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 9, n. 17, p. 401403, 2005.
- FONTES, Paul. **Conhecer e desmitificar o ambiente hospitalar, ressignificando suas práticas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FONSECA, Eneida S. **Atendimento pedagógico** – educacional para crianças e jovens hospitalizados: Realidade Nacional. Brasília, MEC/INEP, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, p. 80-88, 1996.

Freire, Paulo, **Pedagogia da autonomia**. Editora: paz e terra 1996.

Histórias de formação de professores para a classe hospitalar S. M. F VASCONCELOS - **Revista Educação Especial**, 28: 27-40, 2015.

LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

MATOS, Elizabete Lúcia Moreira. **Pedagogia Hospitalar: A humanização integrando educação saúde**. 7 edições, editora vozes, 2013.

MATOS, E. L. M.; MUGGIATI, M. T. F. **Pedagogia Hospitalar**. Curitiba: Champagnat, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial** - Brasília, MEC/SEESP, 2001.

ORTIZ, Leodi Conceição Meireles. FREITAS, Soraia Napoleão. **Classe hospitalar: caminhos pedagógicos entre saúde e educação**. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

ORTIZ, LCM. Ensinando a alegria a classe Hospitalar. **Vida, Saúde, Educação e Meio Ambiente**, p 47, Jul/set. 1999.

Luciana Mendes do Rego

Graduação em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL.
Graduação em Matemática e Física pela Universidade Cruzeiro do Sul,
UNICSUL. Professora na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

UÇÃO

Revista n. 37 Maio 2023
ISSN 2675-2573

Revista **a EVOLUÇÃO** n. 38 Maio 2023
ISSN 2675-2573

ESCOLA CÂNDIDA OLIVEIRA LUZ
Porto Barreiro – PR
(em um acampamento de famílias Sem Terra)

www.primeiraevolucao.com.br

ABEC BRASIL, OJS / PKP, CiteFactor, Google Acadêmico

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Anildo Joaquim da Silva
Isabel Delfina Casimiro e Luís Venâncio
Jucélia Maria do Nascimento
Jucira Moura Vieira da Silva
Juliana Godoi Marques
Leidimar Martins da Rocha Almeida
Leila da Silva Siqueira
Luciana Mendes do Rego
Marlene da Silva
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Rita de Cássia Martins Serafim
Vera Lucia Meneses de Lima Marques
Viviane de Cássia Araujo



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.38>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

